



TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA – CONSULTOR POR PRODUTO –

TOR/xxxx/ Nº /2023

1. PROJETO

OEI/BRA/21/002 - Melhoria da qualidade da educação no Brasil por meio do fortalecimento institucional do FNDE em seu papel para o alcance das metas do PNE.

2. ENQUADRAMENTO

2.1 Resultado

Resultado 1.2: Métodos, técnicas e procedimentos de avaliação da implementação Programas Nacionais, pelos executores estaduais e municipais, formulados e testados visando identificar seu papel no alcance das metas do PNE 2014-2024 e propor subsídios para atuação do FNDE no próximo ciclo do PNE.

Atividade 1.2.3. Desenvolver propostas de revisão dos processos e ações utilizados na implementação dos programas nacionais com vistas ao melhor desempenho da missão do FNDE no alcance das metas e estratégias para o novo ciclo do PNE.

3. JUSTIFICATIVA

O FNDE, em conjunto com o Ministério da Educação - MEC, tem realizado o alinhamento estratégico de suas ações institucionais, programáticas e administrativas, a fim de estabelecer condições institucionais adequadas para a gestão das políticas do referido ministério, especialmente no que diz respeito à expansão da rede pública educacional e retomada das obras.

Nesse contexto, reconhece-se a necessidade de contratar uma consultoria especializada com expertise em mapeamento de processos administrativos para realizar uma análise detalhada dos procedimentos internos relacionados ao Novo Pac e à retomada das obras inacabadas e paralisadas.

Esse mapeamento permitirá identificar fragilidades, restrições, lacunas, limitações e possíveis irregularidades nos processos, identificação de responsabilidades e a definição de medidas corretivas e preventivas necessárias para o sucesso da retomada das obras.

Espera-se a efetiva implementação dos processos de maneira a obter melhores desempenhos. Isso inclui a supervisão das atividades modificadas que implementarão as melhorias esperadas.

Por fim, objetiva-se uma avaliação da estrutura dos processos relativos às políticas públicas acima informadas, evidenciando os principais riscos capazes de comprometer seu desempenho.

4. OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

Contratação de consultoria especializada para elaboração de produtos técnicos detalhados para o mapeamento dos processos de trabalho no âmbito da Cgest, levando em consideração a legislação aplicável e os diferentes tipos de demanda, bem como a elaboração de indicadores de desempenho, para fins de obtenção de ferramentas de gestão.

5. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS

Documento Técnico “A” contendo mapeamento detalhado dos processos de trabalho da Cgest, especificamente aqueles relativos ao Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica e Profissionalizante e à Saúde (Lei nº 14.719/2023) e ao Novo PAC (Decreto nº 11.632/2023), apresentando as etapas, responsabilidades e fluxos de trabalho envolvendo a Coordenação-Geral e suas Coordenações, bem como as interações com demais áreas do FNDE.

Atividade 1: Realizar um levantamento detalhado dos processos administrativos da Cgest relativos ao desenvolvimento e atualização dos projetos padronizados, análise de assistência financeira e análise do cumprimento do objeto pactuado.

Atividade 2: Identificar as etapas, responsabilidades, fluxos de trabalho e documentos envolvidos em cada processo.

Atividade 3: Documentar as informações coletadas em forma de fluxogramas, mapas de processos ou outras ferramentas adequadas.

Documento Técnico “B” contendo o Desenho do estado futuro dos processos de trabalho especificados do Documento técnico A, em conformidade com o Guia de boas práticas em Gestão de Processos CBOK v.3. Em adição, espera-se que o produto de consultoria possibilite ao Fnde a divulgação no portal do FNDE e em formato acessível ao cidadão, de macro e microdados sobre as políticas públicas mapeadas no produto A, de maneira a favorecer o controle social e mitigar as demandas de acesso à informação.

Atividade 1: Desenhar os diagramas dos processos a partir das informações obtidas na etapa de Análise da Situação Atual “As Is”, evidenciando os pontos de melhoria;

Atividade 2: Homologar esses diagramas com as equipes de trabalho participantes dos respectivos processos;

Atividade 3: Apresentar os diagramas do Estado Futuro aos gestores responsáveis por esses processos de trabalho; e

Atividade 4: Registrar o desenvolvimento do trabalho em arquivo de texto e disponibilizá-lo no formato editável, bem como os diagramas elaborados/revisados em formato de imagem e em .bpm.

Documento Técnico “C” contendo proposta de indicadores de desempenho para os processos de trabalho acima especificados. De posse das análises das situações atuais e futuras dos processos, uma vez identificados os pontos de melhoria, passa-se à definição de *KPIs (Key Performance Indicators)*, ou seja, à proposição de indicadores capazes de medir o desempenho dos processos, em especial sobre a efetividade das políticas públicas em comento, considerando as competências de cada ator: União, estados e

municípios.

Atividade 1: Identificar indicadores já existentes relacionados a esses processos de trabalho e levantar série histórica;

Atividade 2: Propor ajustes nos indicadores já existentes e/ou novos indicadores para os processos;

Atividade 3: Apresentar os principais resultados às equipes de trabalho envolvidas; e

Atividade 4: Registrar o desenvolvimento do trabalho em arquivo de texto e disponibilizá-lo no formato editável.

Documento Técnico “D” contendo registros do acompanhamento da implementação dos novos processos de trabalho referentes.

Atividade 1: Identificar os possíveis empecilhos à implementação dos novos processos de trabalho;

Atividade 2: Orientar os atores envolvidos, auxiliando-os no acompanhamento do desempenho dos processos; e

Atividade 3: Registrar o desenvolvimento do trabalho em arquivo de texto e disponibilizá-lo no formato editável.

Documento Técnico “E” contendo análise das informações previstas na arquitetura de processos da Cgest, especificamente aqueles relativos ao desenvolvimento e atualização dos projetos padronizados, análise de assistência financeira e análise do cumprimento do objeto pactuado.

Atividade 1: Inserir as informações correspondentes nos campos da arquitetura de processos integrados à cadeia de valor da Cgest;

Atividade 2: Propor outros campos ou ajustes referentes aos processos analisados; e

Atividade 3: Registrar o desenvolvimento do trabalho em arquivo de texto e disponibilizá-lo no formato editável.

6. PRODUTOS OU RESULTADOS PREVISTOS

Produto	Data de entrega	Valor do produto
Documento Técnico “A” contendo mapeamento detalhado dos processos de trabalho da Cgest, especificamente aqueles relativos ao Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica e Profissionalizante e à Saúde (Lei nº 14.719/2023) e ao Novo PAC (Decreto nº 11.632/2023), apresentando as etapas, responsabilidades e fluxos de trabalho envolvendo a Coordenação-Geral e suas Coordenações, bem como as interações com demais áreas do FNDE.	45 dias após a assinatura do contrato	R\$ 25.300,00
Documento Técnico “B” contendo o Desenho do estado futuro dos processos de trabalho especificados do Documento técnico A, em conformidade com o Guia de boas práticas em Gestão de Processos CBOK v.3. Em adição, espera-se a divulgação, no portal do FNDE e em formato acessível ao cidadão, de macro e microdados sobre as políticas públicas mapeadas no produto A, de maneira a favorecer o controle social e mitigar as demandas de acesso à informação.	165 dias após a assinatura do contrato	R\$ 24.000,00
Documento Técnico “C” contendo proposta de indicadores de desempenho para os processos de trabalho acima especificados. De posse das análises das situações atuais e futuras dos processos, uma vez identificados os pontos de melhoria, passa-se à definição de <i>KPIs</i> (<i>Key Performance Indicators</i>), ou seja, à proposição de indicadores capazes de medir o desempenho dos processos, em especial sobre a efetividade das políticas públicas em comento, considerando as competências de cada ator: União, estados e municípios.	220 dias após a assinatura do contrato	R\$ 23.500,00
Documento Técnico “D” contendo registros do acompanhamento da implementação dos novos processos de trabalho referentes.	270 dias após a assinatura do contrato	R\$ 22.000,00
Documento Técnico “E” contendo análise das informações previstas na arquitetura de processos da Cgest, especificamente aqueles relativos ao desenvolvimento e atualização dos projetos padronizados, análise de assistência financeira e análise do cumprimento do objeto pactuado.	345 dias após a assinatura do contrato	R\$ 25.200,00
Valor total do contrato por consultor		R\$ 120.000,00

7. REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIFICAÇÃO

a. Formação acadêmica

a.1 Requisito obrigatório: Diploma de conclusão de curso de graduação de nível superior nas áreas de Ciências Humanas ou Sociais Aplicadas ou Tecnologia da Informação, devidamente registrado e fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.

a.2. Requisito desejável: Certificado de conclusão de pós-graduação em nível especialização em gestão estratégica ou gestão de processos, devidamente registrado e fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.

b. Experiência profissional

b.1 Requisito obrigatório: experiência profissional mínima de 01 (um) ano em ferramentas de mapeamento de processos, como fluxogramas, diagramas de causa e efeito e outras técnicas de documentação de processos, comprovada por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado.

b.2 Requisito desejável: experiência profissional mínima de 02 (dois) anos em coleta e análise de dados, identificação de tendências e proposição de soluções eficazes para melhorar a eficiência dos processos, comprovada por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado.

8. PROCESSO SELETIVO

8.1 A seleção será conduzida por comissão específica, a qual será formada por, no mínimo, 3 (três) participantes, sendo 2 (dois) servidores do FNDE, e um representante da coordenação do Organismo Internacional.

8.2 O Processo Seletivo se dará em Brasília e os custos de transporte, hospedagem e alimentação, se necessários, serão de responsabilidade do candidato. A critério da Comissão de Seleção, a etapa de entrevista poderá ocorrer por videoconferência ou ligação telefônica.

8.3 A participação no processo seletivo implica na aceitação integral e irretratável dos termos deste edital.

8.4 A contratação será efetuada mediante processo seletivo, composto por 3 (três) etapas:

8.4.1 PRIMEIRA ETAPA – Pontuação de Currículos – PC

- a) O candidato deverá cadastrar seu currículo na plataforma da OEI <https://oei.org.br/curriculo/> e se candidatar para a seleção.
- b) Serão eliminados os currículos que não atenderem integralmente aos requisitos obrigatórios exigidos quanto à formação acadêmica e experiência profissional, bem como os currículos enviados fora das datas de inscrição;
- c) Nesta etapa, será aferida pontuação para os currículos inscritos que atenderem aos requisitos obrigatórios. Os currículos serão distribuídos de acordo com o perfil profissional do candidato, conforme exigido neste Termo de Referência;
- d) A pontuação desta etapa (PC) será atribuída conforme estipulado no item “Critérios de avaliação” – Formação Acadêmica e Experiência Profissional;

- e) O total de pontos recebidos nesta etapa (PC) irá compor a pontuação total recebida pelo candidato.
PT (Pontuação Total) = PC (Pontuação de Currículo) + PE (Pontuação de Entrevista);

8.4.2 SEGUNDA ETAPA – Pontuação de Entrevistas – PE

Serão convocados para as entrevistas os candidatos com maior pontuação na primeira etapa - Análise de Currículos -, considerando 03 (três) vezes o número de vagas para o perfil, salvo se houver empate entre os últimos colocados, caso em que poderão ser convocados candidatos que ultrapassem 03 (três) vezes o número de vagas. As entrevistas presenciais serão realizadas em Brasília, no Edifício sede do FNDE, podendo ocorrer, ainda, por videoconferência ou telefone, a critério da Comissão de Seleção;

- a) Poderá ser aplicada avaliação para mensurar o conhecimento do candidato;
- b) A pontuação desta etapa (PE) será atribuída conforme estipulado no item “Critérios de avaliação” – Entrevista;
- c) O total de pontos recebidos nesta etapa (PE) irá compor a pontuação total recebida pelo candidato:
PT (Pontuação Total) = PC (Pontuação de Currículo) + PE (Pontuação de Entrevista);

8.4.3 TERCEIRA ETAPA

- a) Os candidatos que obtiverem a maior nota na soma dos pontos obtidos nas etapas PE e PC, serão pré-selecionados para a consultoria, no limite do número de vagas;
- b) Os candidatos serão convocados por e-mail a manifestar interesse na vaga e apresentar a documentação pessoal e comprobatória, no prazo estipulado pela Comissão de Seleção;
- c) O candidato deverá apresentar documentos comprobatórios da “Qualificação Profissional”, “Experiência Profissional” e dos “Requisitos Desejáveis”, conforme item “Requisitos de Qualificação” deste edital.
- d) A experiência profissional poderá ser comprovada, também, por meio de declaração devidamente assinada por profissional competente da empresa onde prestou o serviço ou por meio de apresentação de contrato de trabalho;
- e) Deverão ser apresentados, na mesma oportunidade, documentos pessoais (cópia simples ou original do CPF, RG, comprovante de residência e dados bancários), bem como outros documentos que possam vir a ser solicitados pela comissão;
- f) Caso não haja a apresentação da documentação no prazo estipulado, o candidato será considerado desistente e o candidato subsequente poderá ser convocado;
- g) Caso a documentação do candidato indique restrições, de caráter legal ou não, que comprometam o desenvolvimento da consultoria, esse será eliminado e o candidato subsequente poderá ser convocado;
- h) Caso o candidato não apresente a totalidade dos documentos, ou esses não comprovem satisfatoriamente as experiências, a pontuação individual será revista, alterando sua colocação no ranking geral, de modo que o candidato subsequente poderá ser convocado;
- i) Caso o candidato não apresente documentação comprobatória dos requisitos obrigatórios previstos neste edital, será desclassificado e o candidato subsequente poderá ser convocado.

9. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

9.1- Análise curricular (Pontuação Máxima – 70 pontos)

CARACTERIZAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
----------------	------------------

<p>Obrigatório: Diploma de conclusão de curso de graduação de nível superior nas áreas de Ciências Humanas ou Sociais Aplicadas ou Tecnologia da Informação, devidamente registrado e fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.</p> <p>Desejável: Certificado de conclusão de pós-graduação em nível de especialização em gestão estratégica ou gestão de processos, devidamente registrado e fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.</p>	<p>25 pontos: Mestrado/Doutorado em administração pública ou políticas públicas ou governança.</p> <p>17 pontos: pós-graduação em nível de especialização em gestão estratégica ou gestão de processos</p> <p>14 pontos: graduação</p>
<p>Obrigatório: experiência profissional mínima de 01 (um) ano em ferramentas de mapeamento de processos, como fluxogramas, diagramas de causa e efeito e outras técnicas de documentação de processos, comprovada por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado</p>	<p>25 pontos: 4 anos completos ou mais</p> <p>15 pontos: 3 anos completos</p> <p>10 pontos: 2 anos completo</p>
<p>Desejável: experiência profissional mínima de 02 (dois) anos em coleta e análise de dados, identificação de tendências e proposição de soluções eficazes para melhorar a eficiência dos processos, comprovada por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado.</p>	<p>20 pontos: 5 anos completos ou mais</p> <p>15 pontos: 4 anos completos</p> <p>10 pontos: 3 anos completos</p>

9.2 Entrevista (Pontuação Máxima – 30 pontos)

CARACTERIZAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Apresenta boa capacidade de argumentação, objetividade e clareza na comunicação legal.	Até 10 pontos
Demonstra conhecimento no trabalho desenvolvido pelo órgão contratante nas políticas de melhoria da educação.	Até 05 pontos
Comunicação e interlocução durante a entrevista, considerando-se as habilidades para explicar os conceitos de Gestão de Processos.	Até 15 pontos

10. VALOR GLOBAL

10.1 Valor Global R\$ 120.000,00

11. LOCAL DE ENTREGA/REALIZAÇÃO:

11.1 Local de entrega/realização: Brasília/DF;

12. PRAZO DE EXECUÇÃO:

12.1 Prazo: 12 meses.

13. NÚMERO DE VAGAS:

13.1 Número de vagas: 01 vaga.

14. RECURSOS E QUESTIONAMENTOS

Eventuais questionamentos ou recursos aos resultados deverão ser encaminhados ao e-mail

prododdigap@fnde.gov.br, observando-se, por analogia, os prazos previstos na Lei nº 9.784 de 1999:

- O recurso administrativo ou questionamento deverá ser interposto em até 10 (dez) dias, a contar do dia seguinte do ato questionado;

- A Comissão de Seleção, o Coordenador Executivo do projeto e o Diretor Nacional do Projeto decidirão, em primeira, segunda e terceira instância, respectivamente, sobre o recurso ou questionamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do seu recebimento.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

Os produtos deverão ser entregues à Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais (DIGAP/FNDE), SBS, Bloco F, Ed. FNDE, 13º Andar, Brasília/DF, como Relatório, em versão preliminar e, após aprovação, em sua forma definitiva, com as devidas referências bibliográficas (quando necessário), em formato digital e capa impressa, contendo nesta a assinatura do consultor.

A execução dos trabalhos previstos neste TOR – Termo de Referência – não implica qualquer relação de emprego ou vínculo trabalhista, sem benefícios complementares, sendo, portanto, regido sem subordinação jurídica, conforme prevê o parágrafo 9º do Art. 4º do Decreto nº 5.151/2004;

O (a) consultor (a) deve ter disponibilidade para executar atividades no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, em horário comercial, para que tenha acesso às informações necessárias à elaboração dos produtos propostos.

Os direitos autorais ou quaisquer outros direitos, de qualquer natureza, sobre materiais produzidos no âmbito desse trabalho pertencerão exclusivamente ao FNDE e sua utilização e/ou reprodução total ou parcial requererá autorização prévia da Autarquia.

Em atenção às disposições do Decreto nº 5.151/2004, é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional, ressalvados os casos de professores universitários que, na forma da LDO, se encontrem submetidos a regime de trabalho que comporte o exercício de outra atividade e haja declaração do chefe imediato e do dirigente máximo do órgão de origem da inexistência de incompatibilidade de horários e de comprometimento das atividades atribuídas.

Em conformidade com a Portaria conjunta CAPES/CNPq nº 1, de 15 de julho de 2010, o bolsista de instituição federal (CNPQ e CAPES) pode exercer função de consultoria em projetos de cooperação técnica internacional, desde que relacionada à sua área de atuação e de interesse para sua formação acadêmica, científica e tecnológica, sendo necessária a autorização do orientador, devidamente informada à coordenação do curso ou programa de pós-graduação em que estiver matriculado e registrado no Cadastro Discente da CAPES. A contratação do selecionado observará as exigências das regras da UNESCO, bem como da Lei nº 12.813/2013 sobre conflito de interesse.

Visando garantir os objetivos da presente seleção, ela poderá ser suspensa ou cancelada por decisão da Comissão ou da área demandante, por meio de solicitação à Coordenação Executiva do Projeto.

As demais orientações referentes à contratação por meio de consultoria estão dispostas na Portaria nº 8, de 4 de janeiro de 2017 do MRE e o Decreto 5151, de 22 de julho de 2004.